



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS -
<http://www.tre-ms.jus.br>

PROCESSO : 0002267-27.2021.6.12.8000

INTERESSADO : SEÇÃO DE TRANSPORTE

ASSUNTO : Pedido de impugnação

Decisão nº 5 / 2021 - TRE/PREGOEIRO

Aos 7 dias do mês de junho de 2021, a Pregoeira responsável pela condução do Pregão 15/2021, cuja data de abertura está marcada para o dia 10/06/2021, realizou a análise de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Quanto à tempestividade da impugnação, vê-se que foi atendido o prazo fixado na cláusula 16.1 do Edital, considerando, conforme já citado, que a data da sessão pública está marcada para o dia 10/06/2021.

16.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante envio de impugnação através de correio eletrônico, para o endereço pregoeiro@tre-ms.jus.br, com cópia para pregoeirotrems@gmail.com.

Cumprir registrar que nos dias 03 e 04/06/2021 não houve expediente no órgão, em virtude do feriado de Corpus Christi.

No que toca ao mérito do pedido, esta Pregoeira passa a expor as considerações:

Das alegações da impugnante:

Em resumo, a impugnante argumenta ilegalidade no instrumento convocatório, uma vez que não consta a exigência de habilitação quanto a qualificação econômica-financeira dos licitantes.

A empresa tece suas considerações sobre a questão por ela posta, e ao final requer o seguinte:

- a) Adequar as exigências de Habilitação – Qualificação econômico-financeira, incluindo os documentos obrigatórios e taxativos do art. 31 da Lei n.º 8.666/93 e art. 40 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, (Balanço Patrimonial, índices contábeis e Certidão negativa de falência), conforme obrigatoriedade do art. 32 da lei

n.º 8.666/93;

b) Republicar os termos do edital, reabrindo-se os prazos legais, conforme § 3º do art. 24 do Decreto n.º 10.024/2019.

Da análise do Pregoeiro

Quanto aos documentos de habilitação, sua análise se faz necessária para comprovar que o licitante possui capacidade para realizar as obrigações impostas pela Administração, conforme disciplinado em diversos dispositivos legais, porém, para os objetos de menor complexidade, pode haver uma flexibilização no rigor das exigências habilitatórias, conforme preconiza a parte final do inciso XXI, art. 37 da Constituição Federal:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**” (*grifo nosso*)

Nesse mesmo sentido temos o disposto no § 1º, art. 31 da Lei 8.666/93:

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

Já a Lei 10.520/2020, que institui a modalidade Pregão, em seu inciso XIII, art. 4º, disciplina como obrigatórios somente a regularidade perante a Fazenda Nacional, Seguridade Social e o Fundo de garantia, os demais documentos habilitatórios deverão seguir as exigências constante do Edital:

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

Por todo o exposto, temos que os documentos de habilitação devem expressar somente as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia das obrigações a serem cumpridas. Dessa forma, documentos que contenham exigências irrelevantes ou despropositadas em vista das obrigações que constituem o objeto licitado e que, de alguma forma, acabem restringindo indevidamente a competitividade, podem ser dispensados pela Administração Pública.

No presente caso, temos como objeto a contratação de empresa especializada em **administração e gerenciamento de frota veicular**, ou seja, seria um

intermediário entre o órgão e a prestadora do serviço/oficina.

Nesse tipo de contratação não há despesas prévias com pagamento de funcionários/alocação de mão-de-obra, aquisição de uniformes, fornecimento de materiais, etc, que demandariam a necessidade em comprovar a solidez financeira da empresa, sendo perfeitamente possível a Administração dispensar a apresentação dos documentos de habilitação indicados pela impetrante.

Decisão

Por todo o exposto, verifica-se que não procedem as alegações da empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., manifestando-se esta Pregoeira pela manutenção das condições estipuladas no instrumento convocatório, devendo ter sequencia a fase externa do certame licitatório.

No tocante ao pedido de cópia dos autos, registro que os documentos serão enviados para o e-mail tiago.magoga@primebeneficios.com.br.

Campo Grande, MS.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Pregoeiro**, em 08/06/2021, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1041163** e o código CRC **628963B6**.